



ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS - CGFLOP

1 Às 09h, do dia 08 de fevereiro de 2022, realizada por meio de videoconferência
2 (link: <https://meet.google.com/qcr-zsjt-aks>), por motivos da pandemia da COVID-
3 19, e após constatado o quórum, deu-se início à 41ª Reunião Ordinária da Comissão
4 de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), presidida por Pedro Alves Correa Neto,
5 Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro (SFB/MAPA), Vice-Presidente da
6 Comissão.

7 Estiveram presentes os membros: Pedro Alves Correa Neto (Serviço Florestal
8 Brasileiro – SFB/MAPA), Elvison Nunes Ramos (Ministério da Agricultura, Pecuária e
9 Abastecimento – MAPA), Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira (Ministério da
10 Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTIC), Bruno Marongoni Matinelli (Ministério da
11 Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI), Nilza Emy Yamasaki (Ministério da
12 Economia - ME), Cel. (EB) R1 Francisco Djalma Cese da Silva (Ministério da Defesa
13 - MD), Rafael Freire de Macedo (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
14 Naturais Renováveis - IBAMA), André Freddo (Instituto Nacional de Colonização e
15 Reforma Agrária - INCRA), Bruno Machado Teles Walter (Embrapa Recursos
16 Genéticos e Biotecnologia), Karla Lessa Bengtson (Instituto de Desenvolvimento
17 Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará - IDEFLOR-BIO), Marçal Fortes
18 Silveira Cavalcanti (Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente -
19 ANAMMA), Mário Augusto de Campos Cardoso (Confederação Nacional da Indústria -
20 CNI), Leônidas Dahás Jorge de Souza (Confederação Nacional da Indústria-CNI),
21 Deryck Martins (Confederação Nacional da Indústria-CNI), Manuel Almeida Amaral
22 Neto (Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB - Movimentos Sociais),
23 Leonardo Martin Sobral (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola -
24 IMAFLORA).

25 Também estiveram presentes como ouvintes: José Humberto (Coordenador-
26 Geral de Monitoramento e Auditoria Florestal do Serviço Florestal Brasileiro/MAPA),

27 Cristina Galvão Alves (Coordenadora-Geral de Concessão Florestal – SFB/MAPA)
28 Marcelo Wiecheteck (STCP), João Crescêncio Aragão Marinho (Diretor-Geral Adjunto
29 do SFB/MAPA), Marcelo de Medeiros (Imaflora), Eirie Vinhote (ABEMA - Secretaria
30 de Meio Ambiente do Estado do Amazonas), Hécio Botelho (CNI/FNBF), Julia Pupe
31 (CNI), Mônica Breda (Escritório de Advocacia Manesco, Ramires, Perez, Azevedo
32 Marques), Maria Laura Felix de Souza (Escritório de Advocacia Manesco, Ramires,
33 Perez, Azevedo Marques), Guilherme Montoro (BNDES), Ludmila Costa da Silva
34 (BNDES).

35 **O SR. PEDRO ALVES CORREA NETO (Vice-Presidente da Comissão e Diretor-**
36 **Geral do SFB/MAPA)** – Presidindo os trabalhos da Comissão, cumprimenta a todos,
37 e solicita à Sra. Cristina Galvão Alves, Coordenadora-Geral de Concessão Florestal –
38 SFB/MAPA, a confirmação do quórum para dar início aos trabalhos. Após a
39 confirmação do quórum, informa sobre a importância das pautas que estão sendo
40 tratadas nas reuniões da CGFLOP, como o PAOF, a inserção de 8 (oito) Florestas
41 Nacionais no Plano de Parcerias e Investimentos do Governo Federal, liderado pelo
42 Ministério da Economia, e sobre a apresentação do Edital de Licitação das Três
43 Florestas Nacionais do Sul, Três Barras e Chapecó em Santa Catarina e Irati no
44 Paraná. Dando seguimento à pauta da 41ª Reunião, apresenta para aprovação dos
45 membros a Ata da 40ª Reunião Ordinária da CGFLOP, aprovada pelos presentes.
46 Informa também, sobre a alteração dos membros da CGFLOP que deverá ser feita
47 por pedido formal ao SFB para publicação de Portaria pela Ministra do Ministério da
48 Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Concluindo, passa a palavra ao Diretor de
49 Concessão Florestal e Monitoramento – SFB/MAPA, Sr. Paulo Henrique Marostegan
50 e Carneiro, para apresentação do Edital de Licitação das Três Florestas Nacionais do
51 Sul, Três Barras, Chapecó e Irati.

52 **O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO (Diretor de Concessão**
53 **Florestal e Monitoramento – SFB/MAPA)** – Cumprimenta a todos, compartilha a
54 apresentação e informa que o processo de consulta pública sobre o edital para as três
55 unidades de manejo florestal já foi iniciado, bem como a discussão com o Conselho
56 da Floresta Nacional de Três Barras e o Conselho da Floresta Nacional de Chapecó.
57 Apresenta as oito etapas do processo de concessão florestal. A etapa 1 se inicia por
58 meio do Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF, a etapa 2, os estudos técnicos,
59 etapa 3 e atual, publicação dos Editais de Licitação. Informa também sobre os
60 Contratos do norte no ano de 2021, por meio do qual houve um aumento de produção

61 para 287 mil m³ de madeira em tora produzidos nos 21 Contratos ativos nos estados
62 de Rondônia, Pará e Amapá. Fala sobre o aumento de valores arrecadados pelas
63 concessões florestais, que passaram de 27 milhões de reais para quase 29 milhões
64 de reais. Lembra que no PAOF 2022, há 14 Florestas Nacionais na região norte e 6
65 Glebas Federais. A Floresta Nacional do Amapá já está com os contratos assinados
66 e a UMF V da Flona do Jamari, já está em processo de licitação, a Floresta Nacional
67 de Humaitá está sob análise do TCU, e a Floresta Nacional de Amana está sob
68 análise da Consultoria Jurídica junto ao Mapa. Na região sul, há 5 Florestas Nacionais,
69 Três Barras, Chapecó, Irati, Caçador e de Capão Bonito. Sobre o Edital das Flonas
70 de Três Barras, Chapecó e Irati, informa que exigiu-se do SFB uma modelagem
71 totalmente diferente da usada nos contratos do norte, tendo em vista as diferentes
72 características, a adaptação dos requisitos da Lei e das Resoluções usadas, e que
73 estas modelagens estão sendo tratadas em conjunto, Para a realização em um curto
74 espaço de tempo, contam com o apoio do BNDES, PPI, ICMBio, SEMEIA, e o
75 consórcio contratado com a FGV, STCP e o Escritório de Advocacia Manesco,
76 Ramires, Perez, Azevedo Marques. Sobre a Floresta Nacional de Irati, UMF I, informa
77 que está localizada no sul do estado do Paraná, sua área total é de 3.810,64 hectares
78 e a área de concessão de 3.018,44 hectares, que corresponde à zona de manejo
79 florestal em amarelo e em azul na apresentação, e a zona de recuperação em verde.
80 Acrescenta que a Flona possui uma área de pesquisa para silvicultura e plantios de
81 pinus da década de 60 e 70, e de araucária da década de 50 e 60. Sobre a Floresta
82 Nacional de Três Barras, UMF III, informa que está em de Santa Catarina, tem uma
83 área de 4.362,31 hectares e sua área de concessão é de 2.684,46 hectares, que
84 corresponde a toda a zona de manejo florestal. Possui áreas de pesquisa e plantio de
85 pinus e araucária em campos de várzea. Sobre a Floresta Nacional de Chapecó, UMF
86 II, no oeste catarinense, informa que possui uma área de 1.590,60 hectares e sua área
87 de concessão é de 1.041 hectares, divididas em três Glebas, possui plantios de
88 araucária, pinus e eucalipto. Em um quadro resumo, informa sobre a decisão de
89 redução do impacto na fauna em que foram determinadas áreas máximas de
90 exploração por ano, 150 hectares na UMF I, 145 hectares na UMFII e 190 hectares
91 na UMF III. Em relação aos plantios nas Flonas, informa que são 2.589 hectares de
92 pinus, 13,91 hectares de eucaliptos e 818,91 hectares de araucária. A autorização
93 para o corte da araucária está em discussão no IBAMA. Toda a área ocupada por
94 espécies exóticas será convertida em floresta nativa, essa conversão gerará 1.142

95 hectares de área de restauração, e 1.449 hectares de área destinada a silvicultura de
96 espécies nativas. Informa que a espinha dorsal do projeto é a colheita das espécies
97 exóticas com a transformação das áreas em plantios com nativas para restauração e
98 silvicultura e incentivo à pesquisa e capacitação. Acrescenta que a retirada da floresta
99 varia de acordo com a área total em cada Flona. Informa também, que a geração de
100 caixa das espécies exóticas possibilita a realização dos investimentos necessários
101 para a restauração, silvicultura de nativas e para o desenvolvimento de atividades de
102 pesquisa e capacitação, e que foram estabelecidas travas de verificação da
103 conformidade da recuperação/silvicultura previamente à liberação de novas áreas
104 para exploração. O prazo estabelecido para o contrato é de 35 anos, que possibilita o
105 ciclo de nativas com oportunidade de colheita. Informa que a restauração das áreas
106 deve seguir uma série de indicadores elaborados pelo contrato firmado. Para a
107 silvicultura, foi estabelecido que pelo menos 30% da área deve ser implementada com
108 o sistema de plantios mistos, compostos por plantios consorciados de duas ou mais
109 espécies e o concessionário poderá implantar até 70% da área com plantios
110 homogêneos com espécie nativa comercial única. Apresenta os valores de referência
111 para os indicadores de restauração em Floresta Ombrófila Mista que possui 4
112 indicadores, sendo eles: cobertura do solo com vegetação nativa, número de espécies
113 nativas regenerantes, presença de espécies lenhosas exóticas invasoras e densidade
114 de indivíduos nativos regenerantes. Para os indicadores de restauração em formações
115 abertas e campestres da Floresta Ombrófila Mista, apresenta os seguintes
116 indicadores: cobertura do solo com vegetação nativa e presença de espécies lenhosas
117 exóticas invasoras. Acrescenta que para o atendimento dos projetos de silvicultura no
118 final do contrato ou em caso de devolução, alguns critérios devem ser seguidos, bem
119 como, os pré-requisitos como o indicador A4 – Diversidade de espécies implantadas
120 na unidade de manejo florestal na silvicultura de espécies nativas. Para as saída
121 antecipada, o Concessionário deverá observar os indicadores estabelecidos para os
122 plantios jovens (idade: menor que 5 anos), área basal $\geq 7 \text{ m}^2/\text{ha}$, o número de
123 indivíduos vivos com altura de $\geq 3\text{m}$ de espécies nativas não pioneiras com potencial
124 econômico: ≥ 1.000 e a altura média do povoamento deve ser $\geq 5 \text{ m}$. Nos plantios
125 adultos a área basal deve ser $\geq 25 \text{ m}^2/\text{ha}$, o número de indivíduos vivos com altura
126 de $\geq 12\text{m}$ de espécies nativas não pioneiras com potencial econômico ≥ 400 , a altura
127 média do povoamento $\geq 16\text{m}$. Comunica que a ideia é evitar receber uma área que
128 sofreu desgaste intensivo. Acrescenta, que os procedimentos licitatórios possuem um

129 novo marco regulatório, a Lei nº 14.133/2021, com a inversão de fases que reduz o
130 prazo para a realização das licitações, e a adoção de fase recursal única ao final do
131 procedimento licitatório. Informa também, que por força de Lei, o concessionário só
132 poderá ganhar 2 (duas) UMFs, sendo cada Flona uma UMF. Apresenta as fases do
133 procedimento licitatório que compreende: I- julgamento das propostas técnicas, que
134 possui 4 critérios: Menor Impacto Ambiental, Maior Benefício Social, Maior Eficiência
135 e Maior Agregação de Valor na Região. Informa que todos os indicadores na Proposta
136 Técnica, foram calculados a partir de estudos econômicos, e os investimentos devem
137 ser obrigatoriamente realizados em projetos de pesquisa, bem como na capacitação
138 dos membros das comunidades em atividades produtivas florestais e afins. Sobre a
139 diversidade de espécies na silvicultura, informa que para a espécie ser contabilizada
140 deve representar no mínimo, 5% do número total de mudas implantadas na silvicultura
141 de nativas. Informa também, que a proposta de preço no modelo atual é por m³, o
142 modelo proposto é o preço mínimo do edital que compreende, outorga fixa + outorga
143 variável (% da Receita Bruta Operacional). Esta mudança foi motivada para evitar que
144 licitantes oportunistas se aventurem no certame; evitar o parcelamento de otimismo
145 no bid, que pode prejudicar a execução contratual; contribuir para um maior
146 alinhamento de interesses por meio do compartilhamento de riscos entre o privado e
147 o poder concedente; e favorecer a exploração de diferentes oportunidades por meio
148 de mecanismo único de cobrança (%ROB). Acrescenta, que na Proposta de Preço, a
149 outorga fixa difere de uma UMF para outra. Informa que o cálculo do fluxo de caixa
150 descontado utilizou o WACC, uma taxa de desconto que constitui de capital próprio e
151 de capital de terceiros, de 10,43%. O WACC foi calculado conforme o guia de cálculo
152 do ME, com prazo para a concessão de 35 anos. Na modelagem econômica o projeto
153 foi dividido em duas fases, sendo a Fase I, da assinatura do contrato até o final da
154 exploração das exóticas, e a Fase II do final da exploração das exóticas, até o término
155 do contrato. Sobre a estrutura de monitoramento e garantias, informa que foi
156 estabelecido no modelo de contrato responsabilidade ao concessionário de realizar
157 os trabalhos nas áreas após cumprir determinados passos para a exploração total, e
158 não cumprindo o contrato, sofrerá sanções contratuais e possibilidade de execução
159 de garantia. Informa que a garantia para incentivar a silvicultura de nativa foi dividida
160 conforme as fases do projeto e será 10% do valor do contrato na Fase I, e na Fase II,
161 seria 5% do valor do contrato. Após iniciar a silvicultura de nativas, voltará a ser 10%.
162 O contrato pode ser devolvido de forma antecipada, desde que as obrigações de

163 plantio (área de restauração e silvicultura) tenham sido cumpridas, para as áreas de
164 recuperação os indicadores devem equivaler a uma floresta com nível de adequação
165 de 10 anos, para a silvicultura o cumprimento dos indicadores apresentados devem
166 ser de plantios jovens ou em idade comercial. O pagamento do valor indenizatório
167 será equivalente aos custos com a proteção florestal para os anos remanescentes da
168 concessão e será necessário um período de transição de dois anos entre a
169 manifestação de desejo de desistência e a efetiva devolução com base no modelo de
170 distrato do SFB. Sobre os ganhos e retorno social local, informa que foi definido com
171 o ICMBio a reforma de diversas estruturas administrativas dentro das Florestas, com
172 um gasto em torno de R\$ 2 milhões para cada Flona. Em contrato está também a
173 obrigação do concessionário em apoiar ações de uso público, monitorar a
174 biodiversidade da UMF e apoiar projetos de integração com o entorno, obrigações
175 estabelecidas de acordo com o potencial econômico de cada Flona. Comunica que
176 esses mecanismos já foram validados pelo TCU em outros projetos de concessão de
177 Parques Nacionais. Apresenta os Indicadores Bonificadores que são: A1 -
178 Recuperação de áreas degradadas ou desflorestadas na zona de recuperação da
179 flona e no entorno, B1 - Implantação e manutenção de sistemas de gestão e
180 desempenho de qualidade das operações florestais e B2 - Política afirmativa de
181 gênero. Finalizando a apresentação, informa sobre a fase atual de consulta pública,
182 de 10/02 a 27/03, através de link que será gerado pelo BNDES, e as datas para a
183 realização das audiências públicas, dia 23/02, às 9h, UMF I, dia 24/02, às 9h UMF III
184 e dia 25/02, às 9h, UMF II. Finaliza a apresentação e abre espaço para
185 questionamentos.

186 **O SR. BRUNO MACHADO TELES WALTER (Pesquisador da Embrapa Recursos**
187 **Genéticos e Biotecnologia - Instituto Nacional de Colonização e Reforma**
188 **Agrária)** – Solicita a palavra e parabeniza a apresentação. Informa que possui um
189 questionamento técnico em relação à restauração das UMFs pelo fato de haver
190 campos de várzea, especialmente em Três Barras. Chama a atenção para um vício
191 nacional em restaurar as áreas colocando florestas mesmo onde não tinha
192 originalmente. Informa que tem uma preocupação com a questão de recuperação em
193 ambientes não florestais e solicita ao Diretor Paulo Carneiro que comente sobre a
194 prática de restauração, como controlar esse processo. Por fim, questiona sobre não
195 haver turismo nas UMFs, mas durante a apresentação foi mencionado sobre a

196 correção das estruturas para ter churrasqueiras em certos ambientes. Finaliza
197 agradecendo a palavra.

198 **O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO (Diretor de Concessão**
199 **Florestal e Monitoramento – SFB/MAPA)** – Informa que a pretensão é restaurar as
200 áreas com a fitofisionomia original, em Três Barras há 900 ha de campos de várzea o
201 que traz um grande desafio técnico ao projeto. Acrescenta que tal situação já foi
202 enfrentada por algumas empresas e o ICMBio acompanhou o procedimento, o edital
203 não define o modelo de recuperação ou restauração, o que deve ser proposto pelo
204 concessionário no plano de manejo florestal que deve ser apresentado ao SFB. O
205 desafio maior é precificar, pois não se sabe o que será planejado pelo concessionário.

206 **O SR. BRUNO MACHADO TELES WALTER (Pesquisador da Embrapa Recursos**
207 **Genéticos e Biotecnologia - Instituto Nacional de Colonização e Reforma**
208 **Agrária)** – Acrescenta que o questionamento se deve pela importância do tema e que
209 o campo de pesquisa pode ser incentivado, e que o edital poderia ter essa orientação
210 com clareza, porque na prática há muitas experiências de recuperação em que há
211 somente uma floresta e não o ambiente original. Evoca o questionamento apresentado
212 sobre o não turismo ao Diretor Paulo Carneiro.

213 **O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO (Diretor de Concessão**
214 **Florestal e Monitoramento – SFB/MAPA)** – Atendendo à solicitação esclarece que
215 o SFB assumiu com o ICMBio o compromisso de retornar parte do recurso do projeto
216 em investimento para as Flonas, onde o concessionário deverá reformar as estruturas
217 de turismo, e o ICMBio será o responsável por gerir esses espaços.

218 **A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES (Coordenadora-Geral de Concessão**
219 **Florestal – SFB/MAPA)** – Complementa a informação e informa que a área de manejo
220 florestal está localizada na zona de manejo e recuperação, o uso público e as práticas
221 de turismo em outras zonas de manejo da Floresta Nacional. Passa a palavra ao Sr.
222 Rafael Freire De Macedo (Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de
223 Monitoramento do Uso da Biodiversidade e Comércio Exterior – IBAMA).

224 **O SR. RAFAEL FREIRE DE MACEDO (Coordenador-Geral da Coordenação-Geral**
225 **de Monitoramento do Uso da Biodiversidade e Comércio Exterior – IBAMA)** –
226 Agradece a palavra e comenta sobre a consulta no IBAMA relatada na apresentação
227 acerca do processo autorizativo em termos ambientais. Informa que foi realizada uma
228 análise considerando que a exploração de espécies nativas será apenas em floresta
229 plantada, entende-se então, que compete apenas ao ICMBio o processo autorizativo

230 relacionado a questão ambiental. Informa também, que para a exploração dessa
231 matéria prima, considerando que é nativa, o ICMBio ou o concessionário deverá
232 cadastrar o projeto no SINAFLORE para que, quando houver o corte, ele ser
233 acrescentado no sistema para o procedimento de migração de crédito. Informa que
234 esse é o posicionamento e que já está em análise pelo IBAMA.

235 **O SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (Especialista em Políticas e**
236 **Indústria - Confederação Nacional da Indústria (CNI) –** Agradece a palavra,
237 parabeniza o SFB pelos trabalhos e informa que haverá uma curva de aprendizado
238 com todo o processo das concessões florestais. Questiona sobre o Projeto de Lei
239 5518/20, se mudará alguma questão sobre os procedimentos das concessões
240 florestais com ganho ou perdas, e sobre a exploração de resina de erva mate.
241 Lembra que há uma restrição para exploração de pinus na área de
242 aproximadamente 140 ha. Questiona também, se há limitação para a erva mate e
243 resina. Observa que há um desafio em manter a rentabilidade na fase II dos projetos.
244 E sobre a venda para os consumidores em um raio de 150km, questiona se foi
245 avaliada a existência desses consumidores para não ser uma limitação para o
246 concessionário.

247 **O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO (Diretor de Concessão**
248 **Florestal e Monitoramento – SFB/MAPA) –** Informa que a consultoria contratada já
249 fez todo o levantamento necessário, e há um polo madeireiro robusto, um mercado
250 consumidor com capacidade para consumir toda a madeira produzida. Informa que o
251 limite de área para exploração e produção madeireira e não incide sobre os produtos
252 não madeireiros, assunto levantado na reunião de Chapecó, e que está aguardando
253 as contribuições para avaliação. Informa que existem preocupações sobre os produtos
254 não madeireiros que possuem potencial de exploração e também consumidos pela
255 fauna local como o pinhão. Sobre o Projeto de Lei 5518/20, informa que a principal
256 questão era o mercado de carbono, e que a Lei já permite esse mercado para projetos
257 de concessão florestal nessas características, conforme a exceção no artigo 16 da Lei
258 11.284/06. Informa que esse seria o principal impacto. Sobre os serviços ambientais,
259 esta não foi incorporada a modelagem econômica do projeto. Informa também, que
260 até o momento, as sondagens realizadas informam que o mercado de carbono não
261 está totalmente maduro.

262 **O SR. LEONARDO MARTIN SOBRAL (IMAFLOA)** – Pede a palavra, parabeniza a
263 apresentação realizada, o SFB e as empresas envolvidas no processo.
264 Primeiramente, esclarece que não conhece as áreas apresentadas, mas acredita ter
265 muitos pinus nas áreas em APP. Questiona se está prevista a retirada e exploração
266 dos pinus de forma comercial e como será essa exploração. A segunda pergunta é
267 sobre a entrega antecipada do contrato, solicita um esclarecimento se todas as áreas
268 serão recuperadas com essa entrega antecipada do contrato. Questiona se pode
269 acontecer de entregarem a área sem recuperação. A terceira pergunta é sobre a
270 coleta do pinhão, atividade tradicional, se foi considerada a coleta do pinhão por
271 moradores e comunidades acostumadas com essa atividade, se ela será mantida ou
272 não.

273 **O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO (Diretor de Concessão**
274 **Florestal e Monitoramento – SFB/MAPA)** – Informa que até o momento com os
275 estudos realizados e contato com as equipes locais do ICMBio nas regiões, não foram
276 encontradas atividades tradicionais de coleta de pinhão nas três Flonas, pode ser que
277 apareça na audiência pública, mas ainda não foram identificadas. Informa que existe
278 a exploração de pequenos proprietários rurais de erva mate. Informa que um
279 observatório de erva mate, solicitou que o plantio não fosse a céu aberto, pois buscam
280 a certificação de um selo de origem para produção de erva mate sombreada, com
281 maior qualidade. Essa demanda foi incorporada ao contrato, a erva mate só poderá
282 ser produzida se for sombreada. Caso o uso tradicional do pinhão seja identificado a
283 exploração deste produto será excluída das atividades do concessionário.

284 **O SR. LEONARDO MARTIN SOBRAL (IMAFLOA)** – Pede a palavra, e informa que
285 ao realizar uma pesquisa, encontrou informações de que há um plano de manejo em
286 Três Barras feito pelo ICMBio que fala sobre a coleta de pinhão na área, tal informação
287 foi adicionada ao chat, a saber: *“No período de 12 anos de monitoramento adentraram*
288 *à Flona 5.353 coletores que coletaram 14.664 kg de pinhões, com um média anual*
289 *(nos 9 anos com coleta) de 595 coletores e 1.629 kg de pinhões (Quadro 43). A média*
290 *de coleta de pinhões por pessoa é pequena (2,75 kg), sendo que a atividade tem um*
291 *importante viés de recreação e contato com a natureza. Os casos de constatação de*
292 *desrespeito às normas foram raros.”*

293 **O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO (Diretor de Concessão**
294 **Florestal e Monitoramento – SFB/MAPA)** – Informa que a informação será checada,

295 mas o registro atual é que são pessoas que pedem para realizar a coleta do pinhão
296 para a venda e a Flona autoriza.

297 **A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES (Coordenadora-Geral de Concessão**
298 **Florestal – SFB/MAPA) –** Acrescenta que as pessoas entram na Flona, coletam o
299 pinhão e levam para o comércio. Informa que nesse caso, as áreas de acesso são de
300 uso público, não a zona de manejo florestal.

301 **O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO (Diretor de Concessão**
302 **Florestal e Monitoramento – SFB/MAPA) –** Dando continuidade aos
303 questionamentos do Sr. Leonardo Martin Sobral, informa que estão desenhando o
304 projeto para garantir que toda a área explorada seja recuperada ou destinada a
305 silvicultura de nativas. Todas as medidas estão sendo tomadas para que toda a área
306 seja recuperada. Informa também que existem de 200 a 300 ha de área de pinus em
307 APP, e tal situação está sendo estudada para o plano de manejo florestal.

308 **O SR. MANUEL ALMEIDA AMARAL NETO (Coordenador Executivo - Instituto**
309 **Internacional de Educação do Brasil - IEB - Movimentos Sociais) -** Agradece a
310 palavra, parabeniza a apresentação detalhada. Informa que o Edital traz grandes
311 legados, um deles o aprendizado, uma riqueza para a exploração no decorrer do
312 processo para as próximas reuniões da Comissão. Acrescenta que percebeu uma
313 forte influência na gestão de parques, o que pode trazer problemas, como por
314 exemplo, o pinhão, que devem ser verificados com cuidado para saber exatamente
315 como a exploração está acontecendo pelas populações tradicionais.

316 **A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES (Coordenadora-Geral de Concessão**
317 **Florestal – SFB/MAPA) –** Pede a palavra e informa que os documentos da Consulta
318 Pública estarão disponíveis no site do SFB a partir do dia 10 de março, por 45 dias, e
319 que será encaminhado aos membros da CGFLOP por e-mail. Atendendo ao
320 questionamento realizado pelo Sr. Marcelo de Medeiros, através do chat da reunião,
321 pede ao Diretor Paulo Carneiro para responder sobre o desconto aos possuidores da
322 certificação florestal, qual é a porcentagem realizada. Adianta que é um bonificador,
323 desconto sobre o ágio que se dá sobre a outorga mínima, que é de 0,6% da receita
324 operacional bruta.

325 **O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO (Diretor de Concessão**
326 **Florestal e Monitoramento – SFB/MAPA) –** Complementa informando que a
327 porcentagem é de 0,6% da receita operacional bruta que corresponde de 100 a 150

328 mil reais no ano a depender da receita do projeto. Informa que será disponibilizada a
329 planilha econômica com os estudos realizados.

330 **O SR. LEONARDO MARTIN SOBRAL (IMAFLORE)** – Pede a palavra e informa que
331 no PPI estão previstas mais 5 (cinco) concessões na Amazônia e pelo cronograma o
332 edital sairia em 2023, questiona se há previsão de sair algum edital em 2022.

333 **O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO (Diretor de Concessão
334 Florestal e Monitoramento – SFB/MAPA)** – Informa que conforme a programação,
335 a pretensão é lançar o edital da Floresta Nacional de Amaná, com 3 UMFs. Sobre a
336 Flona de Humaitá, aguarda-se o Parecer do TCU para ser lançado. Audiências
337 Públicas deverão ser realizadas em junho ou julho para os projetos das Flonas de Pau
338 Rosa, Jatuarana e Gleba Castanho. Devido ao período eleitoral os editais podem não
339 sair 2022.

340 **O SR. PEDRO ALVES CORREA NETO (Vice-Presidente da Comissão e Diretor-
341 Geral-SFB/MAPA)** – Finalizando a reunião, reforça o envio das informações para
342 retificação ou ratificação dos membros da CGFLOP para a publicação da Portaria de
343 alteração.

344 **O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO (Diretor de Concessão
345 Florestal e Monitoramento – SFB/MAPA)** – Pede a palavra e informa que foi
346 levantada a suspensão liminar dos contratos da Flona Crepori, de 2020 e 2022, UMF
347 II e III voltarão às atividades.

348 **O SR. RAFAEL FREIRE DE MACEDO (Coordenador-Geral da Coordenação-Geral
349 de Monitoramento do Uso da Biodiversidade e Comércio Exterior – IBAMA)** –
350 Pede a palavra e informa que foi consolidado o trabalho de consulta pública sobre a
351 exportação de produtos florestais, foi encaminhada para a PFE junto com a NT de
352 Análise de Impacto Regulatório e breve teremos uma resposta definitiva sobre a
353 revisão na IN 15/2011 do IBAMA. Em janeiro foi lançada a plataforma Pau-Brasil,
354 conectada com o Portal Único do Comércio Exterior, e na IN que a implanta, foi
355 simplificado o fluxo do processo autorizativo.

356 **O SR. PEDRO ALVES CORREA NETO (Vice-Presidente da Comissão e Diretor-
357 Geral-SFB/MAPA)** – Finalizando a reunião agradece a participação de todos, e
358 informa que a efetividade da CGFLOP traz segurança ao processo de concessão

359 florestal e é gratificante ver a participação de todos, e que é fundamental a
360 consolidação dos documentos. Deseja a todos um bom dia.